

Caminhos da Extensão na UFPB

LÚCIA DE FÁTIMA GUERRA FERREIRA
PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
DOCTORA EM HISTÓRIA PELA USP

A história da UFPB está estreitamente ligada à extensão, que vem sendo desenvolvida como a face mais visível do compromisso da Universidade com a comunidade, tratando de questões fundamentais para o exercício da cidadania, priorizando ações que promovam a inclusão e o controle social, graças à qualidade do trabalho e dedicação dos professores, técnicos e estudantes extensionistas.

Em termos de diretrizes normativas, a extensão foi regulamentada inicialmente pela Resolução do CONSEPE nº 31/1978, sendo considerada como "cursos e serviços, complementares à atividade de ensino e pesquisa e que resultem na integração da Universidade com setores da comunidade local ou regional", ressaltando-se que "a extensão não implicará necessariamente em assistência". Essa Resolução apresentava orientações operacionais para aprovar, nas devidas instâncias, registro e avaliação das atividades de extensão. Em 1993, uma nova Resolução entrou em vigor, a 09/93, apresentando uma concepção de extensão fundamentada na conceituação proposta em 1987 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Considera, portanto, a extensão "como um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade". Outras resoluções complementam o arcabouço normativo da Extensão na UFPB, tratando do Programa de Bolsas de Extensão, em 1997, e do Sistema de Registro das Atividades de Extensão e Transferência de Informações, em 1999.

Ao longo desses 50 anos da UFPB, vários eventos para divulgação dos resultados das atividades de extensão foram realizados. Contudo vale ressaltar os encontros sistemáticos para apresentação da produção discente a partir de 1994, tendo, no ano de 2005, realizado na sua oitava edição. Os melhores trabalhos apresentados são agraciados com o Prêmio Elo Cidadão, instituído em 1999. Desde os primeiros tempos da Universidade da Paraíba, a Extensão começou a ser desenvolvida por meio de palestras, conferências e cursos, tanto para a comunidade em geral como para a universitária, seguindo a orientação vigente de difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo. No início da década de 1960, ao lado dos cursos de extensão promovidos no âmbito das Faculdades e Institutos, foi criado um setor para a extensão artístico-cultural.

DEPARTAMENTO CULTURAL

Criado em fins de 1962, o Departamento Cultural foi implementado no início do ano seguinte, ligado diretamente à Reitoria, com dois grandes objetivos: estímulo à produção cultural e assistência aos estudantes universitários de baixa renda. Otacílio Queiroz foi seu primeiro diretor, em 1963, sendo substituído por José Rafael de Menezes, em 1964, por ato do reitor Guilardo Martins. Em entrevista concedida ao NDIHR em 1979, o reitor Mário Moacyr Porto afirma:

"Criei o Departamento Cultural, que teve um sucesso extraordinário. Criei o Departamento de Artes Plásticas, chegou a ter 300 alunos. Eu então convidei um professor do Rio: Professor Lazzarini, era um italiano, aqui dirigiu o Serviço de Artes Plásticas; criei o Serviço de Cinema que entreguei a Linduarte Noronha; criei o Teatro da Universidade (...). De maneira que teve um desenvolvimento muito grande: Teatro, Cinema, Artes Plásticas. Os pintores da Paraíba atuais Archidy Picado, Raul Córdula, foram professores nomeados por mim. Na Paraíba antigamente não se falava nisso - Artes - era secundária, era inexistente. A Universidade deu uma ênfase no desenvolvimento, Música, fui eu quem nomeei Gerardo Parente, Alberto Kaplan (...)"

O DC desenvolvia atividades que abrangiam não somente o público universitário, mas também a sociedade em geral, principalmente através dos cursos livres e das apresentações para a comunidade externa à universidade. Encontrava-se organizado em duas grandes Divisões: a de Difusão Cultural, com os Serviços de Música, de Artes Plásticas, de Teatro, de Projeção e Gravação (Cinema), de Imprensa e Relações Públicas, de Documentação e Publicação; e a de Assistência Social, com o Restaurante e as Casas Universitárias. Contava também com o Museu da Imagem e do Som, criado em outubro de 1967, sendo Humberto Nóbrega o seu primeiro diretor, designado por Juarez da Gama Batista, então diretor do Departamento.

Com relação à mudança política ocorrida em 1964, inclusive com a cassação do reitor Mário Moacyr Porto e a instalação da interventoria de Guilardo Martins, o Departamento Cultural foi bastante afetado, tendo em vista a censura instalada. Todas as atividades tinham que passar pelo crivo do interventor/reitor. Entre abril e maio de 1964, alguns dos integrantes do DC foram 'dispensados', a exemplo de Breno de Andrade Mattos, que ministrava cursos de Artes Plásticas; Linduarte Noronha de Oliveira, Chefe do Serviço de Documentação e Publicação; Luiz Gonzaga Rodrigues, Chefe da Imprensa Universitária; Wills Leal e Ipojuca Pontes, da área de Cinema. Mais de 10 anos depois, Linduarte Noronha e Breno Mattos retornam à Universidade como professores no Departamento de Artes e Comunicação, no reitorado de Lynaldo Cavalcanti.



Publicações da Extensão



NAC - Exposição A flor da pele (2000) e NTU - Festival de Teatro (2004)

Entre outros profissionais vinculados ao Departamento ou que dele participaram, seja como coordenadores de setores, professores convidados ou alunos, além dos já mencionados, citamos: José Pedro Nicodemos, que foi um dos seus diretores, Marcos Jácome, Hildebrando Assis, Leudes Rodrigues, Jurandir Moura, Altimar Pimentel, Raquel Arcoverde, Rusinete Dantas, Arael de Meneses, Rubens Teixeira, Margarida Cardoso, Hermilo Borba Filho, Cussy de Almeida, Piero Severi, Ernst Schürmann, W. Simões, João Câmara, Montez Magno, Artur Cantalice, Flávio Tavares, Celene Sitônio, Zezita Mattos e José Altino. A atuação do Departamento Cultural na sociedade paraibana, durante os anos de 1960 com a realização dos cursos, eventos, festivais e concursos, mobilizava a juventude universitária e a comunidade em geral. Algumas parcerias foram fundamentais nessa época, a exemplo das existentes com o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGP, a Academia Paraibana de Letras - APL e a Rádio Tabajara, que disponibilizava horário para o programa 'Universidade no Ar'. Nesse período de efervescência cultural, vale destacar a criação do Coral Universitário, em 1963, pelo maestro Pedro Santos, e dissolvido no ano seguinte. A sua reativação ocorreu em 1966, sob a regência do maestro Arlindo Teixeira.

Em 1974, esse Departamento foi desativado, dando origem à Coordenação de Extensão Cultural - COEX, que contava com as Divisões de Artes Plásticas (Galeria de Arte Pedro Américo e Setor de Artesanato), de Cultura Musical (Coral Universitário), de Serviços Comunitários, integrando a estrutura da Pró-Reitoria para Assuntos Didáticos; e a assistência estudantil passou a ser a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis. Em 1976, estas áreas juntaram-se na Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários - PRAC. Não podemos deixar de identificar a relevância da criação da PRAC como órgão indutor de uma política de extensão articulando-a ao ensino e à pesquisa. Naquele momento, compreendeu-se que as atividades de extensão, especialmente nas áreas de artes e esportes, não podiam continuar sem o respaldo do ensino de graduação e da pesquisa. Os professores que eram só da extensão foram redirecionados no sentido da criação dos cursos de graduação de Educação Artística, de Música e de Educação Física, bem como dos núcleos de pesquisa e extensão culturais - de Documentação Cinematográfica - NUDOC, de Documentação e Pesquisa Popular - NUPPO, de Arte Contemporânea - NAC, e de Teatro - NTU.

PROJETO RONDON

A idealização do Projeto Rondon surgiu no I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, realizado em 1966 no Estado da Guanabara, visando fomentar no meio universitário o desenvolvimento de ações com o apoio e supervisão das Forças Armadas. As equipes eram formadas por alunos concluintes para a realização de estágios no interior do país, na operação nacional, com o deslocamento de seus estados para outros; e na operação regional, nos seus próprios estados ou regiões próximas. A infra-estrutura e o apoio operacional competiam às

Forças Armadas, e o sistema era de voluntariado dos universitários, com atividades no período de férias e sem muita interferência da Universidade no processo. Após a extinção da Fundação Projeto Rondon, os trabalhos continuaram por meio da Associação Nacional dos Rondonistas, organização não-governamental criada para preservar a memória e os objetivos do Projeto Rondon.

Da fase do "integrar para não entregar" e das intenções da ideologia de Segurança Nacional, no período da ditadura militar, à retomada atual do programa em outro contexto histórico, o Projeto Rondon contava e conta com críticos e adeptos. Mesmo com algumas restrições, estudantes da UFPB sempre participaram do Rondon, inclusive neste período de reativação, com uma equipe selecionada para a primeira etapa de diagnóstico no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, realizada em janeiro de 2005.

CRUTAC

No final de 1965, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte criou o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC, com o objetivo de constituir-se em treinamento profissional para os estudantes universitários e desenvolvimento das comunidades interioranas. Esse modelo foi replicado em várias universidades, inclusive na UFPB. O CRUTAC foi regulamentado pela Resolução do CONSEPE nº 20/1970, como órgão suplementar vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Didáticos, e implementado a partir de julho de 1972. A primeira sede foi em Areia, com área de atuação em 13 municípios, envolvendo estudantes dos cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Engenharia, Direito, Serviço Social, Educação, Economia, Agronomia, Enfermagem, Administração e Biblioteconomia. A duração dos estágios nos municípios era de 15 dias, e a maioria dos estudantes recebia bolsa de manutenção via convênio com a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social - MUDES. O número de bolsistas chegou ao seu número máximo em 1978, com 600 bolsas, com atuação em 27 municípios paraibanos. Foram coordenadores e articuladores do CRUTAC, entre outros, os professores José Nóbrega Dias, Antonio Serafim Rego Filho, Ducastel Imperiano da Silva, Sonia Maria Gondim Guedes Pereira e José Augusto Peres.

O contato do universitário com os problemas das comunidades teve significado para a sua formação profissional, embora se constituísse em estágio de caráter assistencialista sem articulação com o ensino e a pesquisa. Na UFPB, o CRUTAC funcionou até início da década de 1980. Dentre outros motivos, as dificuldades para o financiamento das bolsas levaram ao seu fim, embora algumas universidades o mantenham até hoje.

ERI E ESTÁGIO DE VIVÊNCIA

O Estágio Rural Integrado está regulamentado pelas Resoluções nº 284/1979 do CONSUNI e nº 09/1979 do CONSEPE, como atividade obrigatória para os concluintes dos



Balé Popular da UFPB



Coral UFPB, Regente Carlos Anísio (2005)



Projeto Catarina, Cabedelo (2002)



Projeto Zé Peão (2000)



Café com Pão Arte com Fusão (2005)



NUPPO - Museu de Culura Popular



Prêmio Elo Cidadão, projeto do CFP (1999)



NIETI - Ação na Vila Vicentina (2000)



Olimpíada Pessoense de Matemática (2005)

cursos da área de Saúde - Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Nutrição e Fisioterapia. O ERI foi criado visando favorecer a integração entre o aparelho formador e os serviços de saúde, com a implementação dos programas de extensão e de cobertura de assistência primária à população. Tem funcionado ininterruptamente, inicialmente associado ao Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento - PIASS e atualmente ao Sistema Único de Saúde - SUS. O ERI tem convênio com nove prefeituras municipais. Ainda na área de Saúde, o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária da PRAC, junto com a Direção Executiva Nacional de Estudantes de Medicina - DENEM, os Centros e Diretórios Acadêmicos e a AGEMTE (Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão) vem desenvolvendo, desde 2000, o Estágio de Vivência em Comunidades, buscando alternativas para a melhoria da qualidade de vida com metodologias participativas. Ao mesmo tempo, a inserção dos estudantes nas comunidades tem favorecido a melhoria da qualidade do ensino de graduação. Recentemente o Ministério da Saúde criou o Programa VER-SUS EXTENSÃO para apoiar Estágios Regionais Inter-profissionais e Vivências em Educação Popular no SUS, no qual os dois programas da UFPB estão contemplados.

CUCA

O Circuito Universitário de Cultura do Nordeste funcionou de 1983 a 1990, sendo que, nos dois primeiros biênios, a coordenação ficou com a UFPB, tendo à frente o Prof. Iveraldo Lucena, um de seus idealizadores. No biênio 1987/89, a coordenação ficou com a Universidade Federal do Maranhão; já no biênio 1989/91, voltou a ser coordenado pela UFPB. O CUCA foi idealizado em encontro de Pró-Reitores de Extensão no Rio de Janeiro em 1980, sendo formalizado em 1982, em reunião ocorrida no Rio Grande do Norte. Em 1983, os convênios começaram a ser assinados. Este Programa tinha por objetivo articular as universidades do Nordeste em torno do fazer cultural, mais precisamente das áreas de Artes Plásticas, Literatura, Cinema e Vídeo, Dança, Teatro, Música, Cultura Popular e Canto Coral. Além da Coordenação Executiva Regional, contava com um Conselho Técnico Consultivo e coordenações locais em cada IES. Uma das responsabilidades da Coordenação era a publicação do boletim mensal intitulado



Equipe do Estágio de Vivência em Comunidade (2005)

Informe, para divulgação das atividades das IES.

Uma das estratégias era a busca de parcerias para o apoio financeiro às atividades na região, a exemplo da FUNARTE, EMBRAFILME, CAPES, CNPq, MEC/SESU, SUDENE e FUNDAJ. Este Programa foi desativado, mas recentemente a União Nacional dos Estudantes e os Diretórios Centrais dos Estudantes retomaram a sigla para a realização de Circuitos de Cultura e Arte. Entre outros colaboradores do CUCA na UFPB, citamos Laís Aderne, Iracema de Figueiredo e Oswaldo Meira Trigueiro.

PROEXT

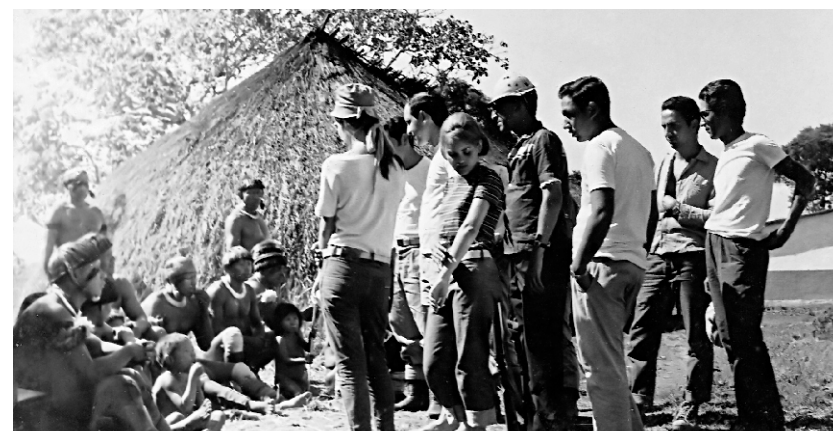
Em 1993, foi criado pelo MEC o Programa de Fomento à Extensão Universitária, voltado para ações sistemáticas de relevância social, interdisciplinares e relacionadas ao ensino e à pesquisa. A UFPB participou dos dois únicos editais, com vários projetos aprovados nas diversas áreas. Para supervisionar e acompanhar o edital, foi criada uma Comissão Nacional de Extensão. O impacto dessa iniciativa do MEC foi muito positivo, estimulando efetivamente a extensão nas universidades. Contudo não teve continuidade pelo governo federal.



Orquestra Estudantil de Câmara, Regente: Joarez Johnson (1977)



Universom (1975)



Estudantes de Medicina no Xingu (1968)



Produção Fonográfica



Grupo Curumins (2004)



Natação Infantil (2004)



Feira Agroecológica - Bessa (2004)



Maquete da Paraíba - LOGEPA (2002)

COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, 1995/2002, o MEC não apresentou proposta para a extensão. Esse período foi marcado pelos programas criados pela primeira dama, a profa. Ruth Cardoso - Universidade Solidária e Alfabetização Solidária -, com o apoio financeiro de empresas e do MEC. O primeiro foi considerado uma retomada do Projeto Rondon, com ações nacionais por curto período de tempo, depois se ampliando também para ações regionais, com maior duração. A UFPB participou de ambos e continua participando do Alfabetização Solidária.

PRONERA

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária iniciou suas ações em 1998 e desde 1999 a UFPB tem participado com turmas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos em assentamentos paraibanos. Atualmente, a parceria ampliou-se com a implementação de cursos de nível médio e técnico, de graduação e de pós-graduação lato sensu, todos com abrangência para além das fronteiras estaduais e regionais. A construção da relação entre movimentos sociais do campo, órgãos públicos dessa área e a Universidade tem proporcionado iniciativas inovadoras, sobretudo, no processo de produção e apropriação do conhecimento.

A ATUAL CONJUNTURA

Além dos núcleos culturais já citados, a PRAC conta com o NIETI - Núcleo Integrado de Estudos da Terceira Idade e o NEUD - Núcleo de Estudos e Ações em Urgências e Desastres, que ao lado da Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBES têm contribuído para a promoção da extensão como um trabalho social, buscando a articulação com o ensino, por meio do aproveitamento da extensão com créditos e sua inserção no projeto político pedagógico dos cursos de graduação, bem como a interação com a pesquisa no sentido da difusão e produção de novos conhecimentos que contribuam para a solução de problemas da sociedade. Em 2003, o MEC/SESU, em articulação com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, retomou o PROEXT, enfatizando o apoio a programas e projetos voltados para as políticas públicas, com edições anuais. A UFPB conseguiu excelentes resultados nos editais com propostas nas áreas de cidadania, formação continuada para professores, geração de renda, alfabetização e cultura, atuando junto a professores e alunos da Educação Básica pública, à juventude, a populações urbanas, rurais e indígenas.

O ano de 2004 foi marcado pela ampliação do apoio às atividades de extensão a partir de órgãos governamentais,

voltados historicamente para a pesquisa, a exemplo do Ministério da Ciência e Tecnologia, do CNPq. Somem-se a isso os recursos dos fundos setoriais. Foram lançados editais para propostas de articulação da extensão com a pesquisa, nas áreas da agricultura familiar, da reciclagem de resíduos e catadores de lixo, do aproveitamento dos recursos hídricos, entre outras. A UFPB tem conseguido bons resultados nesses editais, especialmente para ações junto a assentados rurais e cooperativas populares.

Cada vez se reforça o caminho das propostas estruturantes e participativas, considerando-se prioritariamente três itens: a extensão como componente curricular que prima pela interdisciplinaridade e a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa; as comunidades nas quais a Universidade atua não como clientela ou público-alvo, mas como sujeito ativo e colaborativo da ação extensionista; e a compreensão da missão social da Universidade na sua inter-relação com os órgãos de governo responsáveis pela implementação das políticas públicas voltadas para a transformação da sociedade brasileira



Alfabetização Solidária (2002)



I Congresso Brasileiro de Extensão (2002)



José Alberto Kaplan e Gerardo Parente (1978)



NUDOC - Lançamento do filme "Viagem a São Saruê" (1994)



Maestro Pedro Santos



Prêmio Novos Autores Paraibanos (1998)

Pesquisa na UFPB: percursos e alcances

ROSA MARIA GODOY SILVEIRA

PROFESSORA APOSENTADA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DA UFPB
DOUTORA EM HISTÓRIA PELA USP

Em 1976¹, quando a Universidade Federal da Paraíba iniciava seu processo de expansão, com o acréscimo de cerca de 1500 professores a seus quadros, fomos convidada a escrever um artigo sobre a pesquisa na UFPB e na região Nordeste, naquela conjuntura. Examinando as condições concretas, então vigentes, acabamos escrevendo um trabalho não retrospectivo mas prospectivo, sobre as tendências da e os requisitos para a pesquisa regional.

Agora, parece-nos a ocasião de cumprir, ao menos em parte, com a solicitação que, há quase 30 anos atrás, deixamos de fazer, porque as condições históricas não permitiam fazê-lo. Porque a pesquisa, naquele tempo, era incipiente. As considerações agora feitas privilegiam as linhas institucionais e não uma análise dos campos de pesquisa, incabível nos limites de extensão postos para este texto.

A mudança ocorrida na Universidade não foi apenas quantitativa, com a ampliação do seu quadro docente. Avaliamos que esse processo alavancou a mudança qualitativa, conjugado a outras políticas institucionais desencadeadas pelo Reitorado Lynaldo Cavalcanti (1976-1980) e prosseguidas, em maior ou menor grau, pelas gestões subsequentes. A qualificação dos professores vindos naquele quadriênio e, depois, em ritmo mais esparso, foi essencial para a implantação dos Cursos de Pós-Graduação na instituição, que, em expressivo número, foram criados na segunda metade dos anos 70.

Com os primeiros Mestrados, necessárias políticas e iniciativas correlatas foram se concretizando, a exemplo de um intenso programa de capacitação docente integrado ao PICD-CAPES, do qual a Universidade Federal da Paraíba foi a maior participante da região Nordeste; e a exemplo, também, da criação dos Núcleos de Pesquisa de âmbito interdisciplinar, entre os quais foram pioneiros o NUPPA, o NDIHR e o NEPREMAR. Ou seja, uma política "para trás" (a capacitação), no sentido de criar os requisitos para lastrear uma efetiva implantação da Pesquisa no âmbito universitário, e uma política "para frente", no sentido de dotar a Universidade de espaço para a prática da investigação. Elemento articulador entre a Capacitação e a Pesquisa, a Pós-graduação, a um só tempo, atraía e absorvia pessoal qualificado para o exercício docente e o trabalho na pesquisa, constituindo o locus de iniciação profissional para um contingente muito jovem (etariamente falando) de Mestres e recém-doutores. Ainda, a Pós-Graduação qualificava novos quadros tanto para o mercado de trabalho da sociedade envolvente quanto da e para a própria instituição, recursos humanos esses ingressos mediante contratos (até

1980) e por concurso (com a mudança na legislação federal sobre a matéria).

A qualificação de docentes, endógena e exogenamente realizada, de qualquer modo, adicionou novas perspectivas institucionais, na medida em que desencadeou um outro processo vital - sempre - para que a pesquisa prospere: o intercâmbio com outras Universidades, do exterior - onde muitos docentes foram realizar seus doutorados - e do país, especialmente com as maiores e melhores Universidades nacionais, localizadas nas regiões Sudeste e Sul, em que centenas de docentes da UFPB realizaram sua titulação pós-graduada. Essa cooperação se desdobrou em vinda à Paraíba de figuras de destaque da comunidade acadêmica científico-cultural para ministrarem cursos, proferirem palestras e, alguns, atuarem como professores visitantes. Outro desdobramento foi a maior presença de profissionais da UFPB nos cenários nacional e internacional, participando dos mais importantes encontros (seminários, congressos, simpósios) das respectivas áreas; mas, principalmente, materializado em múltiplos convênios de cooperação não só com instituições universitárias, também com entidades governamentais dos vários entes federativos, movimentos sociais, órgãos culturais etc.

Sobre os Núcleos de Pesquisa, acima referidos, é importante rememorar o pioneirismo de sua criação. Se for mapeada a data de criação destes órgãos na UFPB e em outras Universidades do país, esta afirmação pode ser comprovada. A nova configuração interdisciplinar dada à pesquisa valeu que certos Núcleos da UFPB fossem convidados a implantar congêneres em outras instituições, como o NDHIR o fez na Universidade Federal do Pará e na Universidade Federal do Acre. Ao longo da década de 1980, a Universidade, no que tange à pesquisa, sofreu algumas mudanças. Manteve-se a sua expansão, mas a um ritmo menor do que no período anterior: novos cursos de Pós-Graduação foram criados, assim como novos grupos de pesquisadores se institucionalizaram e muitos convênios foram firmados. O ponto alto dessa época foi a continuidade da agressiva (no bom sentido) política de Capacitação Docente empreendida, melhorando a qualificação do corpo docente.

No entanto, a partir de 1987, até, aproximadamente, 1991, a UFPB sofre uma forte evasão de quadros, de mestres e doutores, por volta de 400 profissionais, que se deslocam para instituições de outras regiões do país, especialmente o Sudeste. Dois exemplos atestam essa tendência: os Mestrados de Economia e de Sociologia Rural, do então campus de Campina Grande, perderam pessoas altamente qualificadas para a Universidade altamente qualificadas para a Universidade Federal do Rio de Janeiro e, algumas, para a Universidade

1. Abordamos o tema a partir dessa data, simultaneamente, marco inicial da expansão da Universidade neste domínio e ano de nosso ingresso na UFPB. As políticas de pesquisa realizadas em período anterior merecem um outro estudo, embora fossem pontuais e fragmentárias. E delimitamos o período até 2004, quando se inicia uma nova gestão na Universidade, cuja atuação, portanto, está em aberto.

Federal de São Carlos; e grande parte do Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília foi constituído por ex-integrantes do departamento congênere da UFPB. Esse movimento deve ser analisado à luz de uma conjuntura mais ampla, de âmbito nacional: nos inícios dos anos oitenta, não mais se repetiam as favoráveis condições institucionais e financeiras disponibilizadas pela UFPB na segunda metade da década anterior. Vivia-se o último governo do regime militar (General Figueiredo) e o país amargava difíceis condições econômico- financeiras e políticas. Muitos dos docentes da leva da gestão Lynaldo Cavalcanti egressaram para outros estados seja por razões de ordem pessoal (retorno a sua terra), seja por motivos profissionais, por encontrarem melhores condições de trabalho - não exclusivamente salariais - em outras instituições de Ensino Superior. Esse parece ter sido o grande problema da área de pesquisa no período, a fixação de quadros qualificados após o seu processo de titulação. Este problema não derivava de uma única causa. A Capacitação docente ainda carecia de um planejamento efetivamente institucional, que contemplasse os setores carentes de pessoal qualificado em cada área de conhecimento. Os docentes se qualificavam, então, muito mais em função de escolhas e preferências pessoais de áreas de estudo, sem levar em consideração necessidades e planejamento departamentais. No retorno, em muitos casos, nem existia no departamento a área na qual o (a) docente se titulara ou eram poucos os docentes titulados em uma determinada área para que esta se convertesse em um outro campo de investigação e um futuro curso de Pós-Graduação. Para tanto, também eram necessários recursos financeiros e de equipamentos, para os quais o orçamento era insuficiente e a conjuntura federal, desfavorável.

Nos anos 90, logo em seu início, a UFPB, a exemplo de várias outras IES, passou por outro impacto: diante das sinalizações políticas do Governo Federal sobre possíveis mudanças no regime previdenciário (governos Collor, Itamar e início da gestão FHC), um número alarmante de docentes se aposentou, desfalcando departamentos, em muitos e muitos casos, em 50% ou mais de sua capacidade instalada anterior. Não só o número de concursos para reposição das vagas não correspondeu, na mesma proporção, ao número de vagas decorrentes das aposentadorias, como a reposição, em termos de titulação, também não foi a mesma. Perderam-se muitos docentes, substituídos por muitos mestres ou ainda mestrandos. Não se discute aqui a qualidade dos quadros aposentados em confronto com os quadros ingressantes: a questão é espinhosa e não se pode aceitar uma visão dicotômica desse tipo, porque titulação, obviamente, não é sempre sinônimo de qualificação. Mas o que se ressalta, é que a perda de doutores teve implicações negativas sobre as orientações na Pós-graduação, a captação de recursos financeiros, a gestão de convênios, atividades cujo exercício era vedado aos não-portadores de doutorado. Um outro efeito, a que, talvez, se tenha dado pouca atenção, até hoje, foi o de que a abrupta retirada de centenas de docentes aposentados provocou, em certos setores da Universidade, uma perda da memória do cotidiano institucional, tendo os novos docentes ingressantes de realizar uma aprendizagem difícil sobre os meandros administrativo-burocráticos, que uma transição geracional sem transtornos possibilitaria se fosse feita em outras condições.



De modo que a UFPB teve que reencetar a sua política de capacitação Docente, a nível de formação doutoral. E o fez novamente de forma intensa, outra vez ocupando a dianteira na região Nordeste, no âmbito do Programa Institucional de Capacitação Docente - CAPES. Essa dinâmica foi possível pela reativação do Conselho de Capacitação Docente, que atualizou o sistema normativo da Universidade, de acordo com as novas diretrizes acadêmicas de qualificação. Novos formatos de programas foram criados a partir de 1996, como o mestrado institucional, para áreas e departamentos com dificuldades para

liberarem totalmente seus docentes de suas atividades acadêmicas. No final de 2004, a Universidade dispunha de 82% de docentes pós-graduados: 38% com mestrado e 44% com doutorado.

Na esfera da Pós-Graduação, na primeira metade dos anos 90, enfatizou-se mais a recuperação e consolidação dos seus cursos, alguns dos quais - em decorrência da perda de quadros titulados, já referida, e da falta de recursos financeiros e de maior produção científica - se encontravam em situação difícil no sistema de avaliação dos Cursos de Pós-Graduação da CAPES. Várias iniciativas foram implementadas: primeiramente, a concepção, configuração e implantação de um sistema avaliativo de cada um dos Cursos, possibilitando aos gestores institucionais disporem de um quadro dos pontos fortes e dos aspectos nevrálgicos de cada um; na seqüência, a reativação do Conselho de Pós-Graduação, então inoperante, para debater os principais problemas da área bem como a avaliação, em cada curso, da sua situação, seus pontos de estrangulamento, mecanismos para superá-los. Um dos resultados desta gestão participativa foi uma ampla reformulação do sistema normativo, acentuada na segunda metade da década, em matérias referentes tanto aos cursos stricto-sensu quanto aos de lato-sensu, tais como novas regulamentações para tais cursos, o Estágio Docente, a criação do Comitê Central de Ética na pesquisa - aprovada pelo CONSEPE e aguardando implantação, a criação do Fundo de Apoio aos Cursos Lato-Sensu.

Outra medida foi a adoção, desde a gestão 1992-1996 e mantida subseqüentemente, de critérios para a distribuição dos recursos orçamentários consignados à Pós-Graduação e Pesquisa, apoiando pesquisadores docentes e discentes pós-graduandos na participação em eventos científicos, e patrocinando a realização de muitos desses eventos, de variadas abrangências - regional, nacional, internacional, na própria UFPB. Já na segunda metade da década, muitos resultados positivos destas políticas puderam ser apurados, entre os quais a melhoria dos conceitos de avaliação dos Cursos junto à CAPES. Então, também foi possível identificar novas capacidades instaladas e criar novos cursos de Pós-Graduação: do conjunto de 34 mestrados e 04 doutorados em 1992, que haviam se ampliado para 39 mestrados e 07 doutorados em 1996, a UFPB alcançou um total de 55 cursos em outubro de 2004 (início da atual gestão da Universidade), sendo 37 de mestrado e 18 de doutorado, nestes dados já subtraídos vários outros cursos que passaram a integrar a UFCG, desmembrada da UFPB em 2002. Inovação na capacidade instalada de Pós-Graduação stricto sensu, a partir de 1992, mas com ênfase a partir de 1996, foi a configuração institucional: a par de cursos disciplinares (em torno de uma determinada área do conhecimento), foram concebidos, criados e implantados cursos interdisciplinares, reunindo várias áreas do conhecimento da própria Instituição, cursos inter-campi e cursos com outras instituições. Em termos de Pós-Graduação lato sensu, a sua reorganização, em termos de gestão, normatividade e suporte financeiro, repercutiram para a expansão do número de cursos.

O aumento do número de matrículas, de profissionais titulados (especialistas, mestres e doutores) pela Universidade, a diminuição do tempo médio de titulação dos alunos pós-graduandos em muitos cursos, foram alguns dos vários efeitos positivos decorrentes das políticas implementadas.²

Quanto à Pesquisa, em sentido mais específico, outras decisões intitucionais foram concretizadas. Uma delas, a constituição de um Grupo de Trabalho para a avaliação do desempenho dos Núcleos de Pesquisa, muitos dos quais permaneciam em difíceis condições de trabalho. Desse processo avaliativo, realizado por volta de 1994- 1995, resultaram várias recomendações, como a de desativar certos Núcleos, reconfigurá-los em outros casos, um processo necessário a uma instituição para os ajustes a novos tempos e novas demandas. No plano gestor, a partir de nova regulamentação sobre os Núcleos, em 1996, foi criada a Congregação dos Núcleos, para administrar políticas referentes a esse segmento da Pesquisa, e instituído um Fundo de Apoio para a sua manutenção, com um percentual orçamentário destinado a esta finalidade. Aprovada em 1996, essa medida ainda aguarda implementação, que , concretizada, dará um incentivo aos pesquisadores.

Algumas ocorrências relevantes marcaram a Pesquisa naquele período. De um lado, o Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação científica - PIBIC, criado pelo CNPq em parceria com as universidades, atingiu uma expansão significativa (de 77 bolsas em 1992 a 600 bolsas, incluindo contrapartida, em 1996), intitucionalizando-se também internamente à UFPB, que teve a sensibilidade para o alcance do Programa em termos da formação de jovens pesquisadore(a)s desde seus Cursos de graduação, investindo em contrapartida de bolsas e instituindo o ENIC - o Encontro de Iniciação científica, realizado anualmente e, este ano, em sua XIII versão. Adicionalmente, recursos financeiros foram destinados à participação de graduando(a)s - bolsistas no(s) principal (is) encontro(s) científico(s) de sua(s) respectiva(s) área(s), apresentando seus trabalhos e, assim, conferindo maior visibilidade à Universidade, além, é claro, de um efeito muito mais importante: a circulação precoce (em idade) desse(a)s bolsistas nos ambientes acadêmicos nacionais, conhecendo figuras de destaque na produção científica de seu campo de atuação, contactando e intercambiando com as mesmas e com aluno(a)s de outras regiões do país, em suma, construindo experiências para uma futura vida profissional. Dado o grande interesse que o PIBIC despertou junto ao corpo discente e, considerando-se o fato de que o número de bolsas, apesar de sua expansão, é limitado, foi institucionalizado o Programa de Iniciação Científica Voluntário (PIVIC), tencionando ampliar o número de estudantes envolvido(s) nos projetos de pesquisa, muitos desse(a)s estudantes com possibilidade de, posteriormente, se tornarem bolsistas. Como decorrência dessas medidas, uma média de 85% dos bolsistas PIBIC (período 1996-2004) tem ingressado na pós- graduação, na UFPB e em muitas outras Universidades do país; no ano de 2003, o índice atingiu o pico de 97,27%. Essa aferição de dados

2. Os números e/ou índices apresentados nesta passagem e na seqüência do texto, foram extraídos do circunstanciado documento: Universidade Federal da Paraíba. Pró- Reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa. Relatório Final da Gestão. (1996- 2004). João Pessoa, 2004. Digitado.

3. Atualmente, o PIBIC dispõe de 425 bolsas. A diminuição desses números decorreu de dois fatores: primeiramente, o corte geral de bolsas de todas as instituições, em 2002, pelo CNPq, devido a restrições orçamentárias no órgão; e, posteriormente, transferência de bolsas para os campi que passaram a integrar a UFCG. Atualmente, há uma leve tendência de aumento, por melhoria no orçamento do CNPq.

é realizada por uma sistema de acompanhamento institucional dos bolsistas, criado pela PRPG em meados dos anos 90. Outro efeito positivo tem sido a participação d(a)s bolsistas em congressos científicos, publicações em periódicos internacionais e nacionais bem como premiação em diversos eventos também internacionais e nacionais. A UFPB tornou-se referência nacional no PIBIC.³

O segundo destaque diz respeito à institucionalização dos Grupos de Pesquisa. Não é que não os houvesse. Mas a inserção da UFPB no Sistema LATTES do CNPq, criado em 1993, possibilitou muitos resultados: o agrupamento de ações dispersas (individuais) de pesquisa em coletivos organizados em torno de interesses comuns (objeto de estudo); o registro de muitas atividades realizadas ou em andamento na Instituição, algumas das quais desconhecidas ou, até então, invisibilizadas. Pode-se, com isso, dispor de dados concretos de suas capacidades instaladas e de suas potencialidades de trabalho, e dar a estas informações visibilidade e acesso públicos - uma vez que as mesmas hoje integram o Sistema LATTES de Grupos de Pesquisa e de Currículos, na Internet, à disposição de estudiosos e de interessados do país e do exterior. Além desta democratização informacional ser congruente com a configuração da Universidade como instituição pública, prestando contas à sociedade, sua mantenedora, o sistema possibilita melhor formulação, rapidez e eficácia na gestão das políticas institucionais neste âmbito da Pesquisa e da Pós-Graduação. Resultantes desse processo, articulado ao de Capacitação docente e ao do PIBIC, são os índices de crescimento de grupos de pesquisa (92,3%), do número de projetos (218,3%) e dos estudantes de graduação envolvidos (1996- 2004). Quase ao final de 2004, mesmo com o desmembramento da UFCG, a Universidade dispunha de 586 grupos de pesquisa, antes de ser finalizado o último recadastramento CNPq.

A organização e gestão da capacidade instalada, a disponibilidade de recursos humanos docentes qualificados, de recursos humanos auxiliares (bolsistas) para os pesquisadores e mais a concessão de apoio para a divulgação de seus trabalhos infletiram sobre outras dimensões da Pesquisa. Um efeito foi acaptação de recursos financeiros extra-orçamentários por vários grupos bem como de outros recursos em projetos institucionais encaminhados aos fundos setoriais instituídos pelo Governo Federal, cerca de 1999-2000. A outra repercussão foi sobre a Produção Científico-Cultural. Mesmo em conjuntura adversa, com o conservadorismo orçamentário de distribuição de verbas pelo governo Federal, ao longo dos anos noventa até 2004 - quase um congelamento, digamos assim -, os índices da UFPB nessa matéria progrediram muito. Esse quadro apresenta uma tendência - tendência, pois, para isso converter-se em sinalização concreta, de mudança, precisa ter continuidade - com o aumento de alocação de verbas para as IES em 2005.

No momento atual, pode-se dizer que a Pesquisa na UFPB está consolidada e muito distante - para melhor - daqueles 30 anos atrás. Não se trata de ter mudado por mera questão cronológica, pois nem sempre a evolução cronológica significa progresso, como a História tem demonstrado. No caso, a melhoria tem se revelado no fato de que a UFPB deixou de ser uma Universidade "provinciana" no sentido de acanhada,

isolada, sem relações com um mundo abrangente; e, atualmente, tem inserção local, regional, nacional e internacional, várias dimensões que se entrecruzam e são indispensáveis para no mundo contemporâneo.

Esta constatação positiva não elide os problemas que permeiam a Pesquisa na instituição. Talvez o principal deles seja o "eterno problema" da falta de recursos financeiros para a consecução de muitas investigações, em termos da dimensão e abrangência proposta e pretendida pelos pesquisadores. Outro problema reside na esfera da infra-estrutura para a Pesquisa, decorrente das restrições financeiras: constatam-se necessidades, entre outras, de mais e melhores recursos bibliográfico-documentais e laboratórios mais bem equipados; de contrapartidas expressivas de sustentação para os intercâmbios científico-culturais, sobretudo, nacionais e internacionais; de uma política editorial vigorosa com suporte a veículos (periódicos e outra formas) de divulgação da produção realizada pela Instituição.

É importante remarcar que, à proporção que a Capacitação Docente, a Pós-Graduação e a Pesquisa melhoram seu desempenho, as demandas de recursos tendem a aumentar e formas de atendê-las, usuais ou inovadoras, têm de ser buscadas.

Aos seus 50 anos, uma "senhora madura", a UFPB deve empreender um profundo processo de auto-reflexão sobre sua trajetória, os caminhos percorridos, seus atalhos e desvios, porque uma duração tem muitas vidas, umas mais maduras, outras menos, porque a vida da gente e da Instituição - afinal, esta é feita de pessoas de carne e osso - é um constante nascer - amadurecer-envelhecer, renascer, não em sentido progressivo linear, mas cruzamento contraditório entre seus vários ritmos. Mas, se quiser ser permanente, não existir por existir, mas persistir como relevância social, toda instituição - quanto mais uma Universidade! - tem que se reexaminar historicamente, revolver criticamente seu passado e seu presente, visando abrir novas searas para o futuro. Para outros 50 anos e, quiçá, muito mais que isso.



Laboratório de Termoquímica e Materiais CCEN - (2005)

Grupos de Pesquisa - 2005

STATUS DO GRUPO	GRUPO	PESQUISADORES	DOCTORES	ESTUDANTES	TÉCNICOS	LINHAS DE PESQUISA
CERTIFICADO	168	866	621	1.193	141	643
NÃO ATUALIZADO	51	195	137	130	13	136
EM PREENCHIMENTO	24	74	49	59	4	42

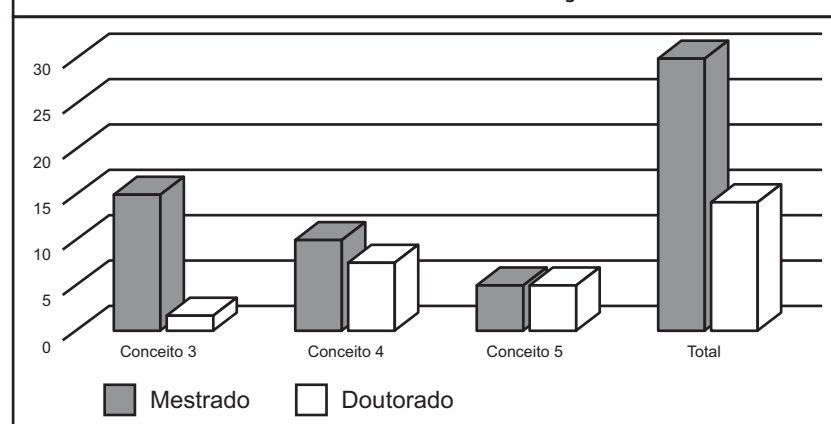


Ressonância magnética (2005)



Máquina de ressonância magnética Nuclear (2005)

Conceito dos Cursos de Pós-Graduação/CAPES - 2005



Programa Institucional de Iniciação Científica PIBIC - 2005

CENTRO	ORIENTADORES	BOLSISTAS
CCA	24	43
CCS	52	89
CFT	5	7
CCEN	63	104
CT	30	52
CCHLA	47	82
CCSA	15	24
CE	13	20
CCJ	3	4
TOTAL	252	425

Capacitação Docente da UFPB - 2005

GRADUADOS	71
ESPECIALISTAS	157
MESTRES	495
DOCTORES	664
TOTAL	1.387